

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 10980.000211/00-19  
Recurso nº. : 127.430  
Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – EX.: 1996  
Recorrente : F. BERTOLDI INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.  
Recorrida : DRJ em CURITIBA/PR  
Sessão de : 20 DE SETEMBRO DE 2001  
Acórdão nº. : 105-13.612

CSSL - COMPENSAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO NEGATIVA EM IMPORTÂNCIA SUPERIOR AO LIMITE DE 30% DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO - A Medida Provisória nº 812, de 31 de dezembro de 1994, convertida na Lei nº 8.981/95, limitou o percentual de compensação da base de cálculo negativa ao patamar de 30% do lucro líquido ajustado. O STF, em recente decisão no Recurso Extraordinário nº 232.084-9, datada de 04 de abril de 2000, explicitou não ter ocorrido ofensa ao princípio da irretroatividade. Por sua vez, o STJ tem se manifestado no sentido de que “a vedação do direito à compensação (...) pela Lei nº 8.981/95 não violou o direito adquirido”.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por F. BERTOLDI INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA - PRESIDENTE

  
ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO - RELATORA

FORMALIZADO EM: 22 OUT 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, ÁLVARO BARROS BARBOSA LIMA, DANIEL SAHAGOFF, NILTON PÊSS e JOSÉ CARLOS PASSUELLO. Ausente, justificadamente a Conselheira MARIA AMÉLIA FRAGA FERREIRA.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 10980.000211/00-19

Acórdão nº. : 105-13.612

Recurso nº. : 127.430

Recorrente : F. BERTOLDI INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

O presente processo versa sobre auto de infração (fls. 01/07), lavrado contra a empresa supra qualificada, que exige o recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre compensação de prejuízos fiscais em importância superior ao limite de 30% do lucro líquido ajustado (art. 42 da Lei nº 8.981/95).

Inconformada, a contribuinte protocolizou a peça impugnatória de fls. 40/45, alegando, em síntese, que a Lei nº 9.065/95 teria desfigurado os conceitos de renda e de lucro. Alega, ainda, que o limite para a compensação de prejuízos fiscais, em até 30% do lucro líquido ajustado, fere os princípios constitucionais da isonomia, do direito adquirido e da anterioridade. Para tanto, argumenta que a MP nº 812/94, convertida na Lei nº 8.981/95, somente foi publicada em 31/12/94 (sábado), sendo que o Diário Oficial somente circulou no primeiro dia útil subsequente, ou seja, em 1995; assim, face ao princípio da anterioridade, tal dispositivo somente poderia vigorar a partir de 1996. Finalmente, a contribuinte se rebela contra suposta ilegalidade da taxa SELIC.

A decisão monocrática, por sua vez, manteve, na íntegra, a exigência fiscal combatida, conforme se evidencia da ementa abaixo transcrita:

**"COMPENSAÇÃO DE BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DE PERÍODOS ANTERIORES.**

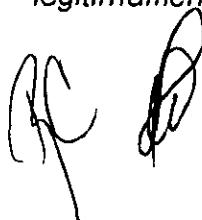
*A partir de 1º de janeiro do ano-calendário de 1995, a compensação é limitada a 30% (trinta por cento), do lucro líquido ajustado do período.*

**JUROS DE MORA. TAXA SELIC.**

*Os tributos e contribuições sociais não pagos até o seu vencimento, com fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/1995, serão acrescidos na via administrativa ou judicial, de juros de mora equivalentes, a partir de 01/04/1995, à taxa referencial do Selic para títulos federais.*

**INCONSTITUCIONALIDADE.**

*Não compete à Autoridade Administrativa apreciar arguições de constitucionalidade de norma legitimamente inserida no*



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
Processo nº. : 10980.000211/00-19  
Acórdão nº. : 105-13.612

*ordenamento jurídico nacional, pois a apreciação de matéria dessa natureza acha-se reservada ao Poder Judiciário.*  
**LANÇAMENTO PROCEDENTE."**

Regularmente intimada, em 21 de junho de 2001, a contribuinte apresentou recurso voluntário de fls. 60/81, em 23 de julho do mesmo ano.

Nessa peça recursal, a contribuinte repete os mesmos argumentos constantes na peça impugnatória.

Às fls. 103, anexou-se documento de depósito recursal, no valor de 30% da exigência fiscal mantida pela decisão singular.

É o Relatório.



**V O T O**

Conselheira ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO, Relatora

Preenchidos os requisitos legais, conheço do recurso.

Conforme relatado, o presente litígio trata de compensação de base de cálculo negativa da CSSL de períodos-base anteriores, ao exercício de 1996, em parcela superior a 30% do lucro líquido ajustado.

Primeiramente, cabe ressaltar que, apesar de sempre ter defendido a tese esposada pela recorrente no sentido de que a Medida Provisória nº 812/94, convertida na Lei nº 8.981/95 teria ferido o princípio da anterioridade, pois somente circulou no dia 02 de janeiro de 1995, essa tese somente poderia<sup>1</sup> prevalecer para compensação de prejuízos fiscais (IRPJ). No que se refere à CSSL, contudo, o princípio da anterioridade se traduz no prazo nonagesimal.

Essa é a posição do próprio Supremo Tribunal Federal que, em recente decisão, constante do Recurso Extraordinário nº 232.084-9 (São Paulo), adotou entendimento pelo qual a supra citada norma legal, teria, efetivamente, ferido o prazo nonagesimal esculpido no art. 195 § 6º, da CF/88. Leia-se os termos da ementa aberta transcrita:

**"TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 31.12.94, CONVERTIDA NA LEI Nº 8.981/95. ARTIGOS 42 E 58, QUE REDUZIAM A 30% A PARCELA DOS PREJUÍZOS SOCIAIS, DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, SUSCETÍVEL DE SER DEDUZIDA NO LUCRO REAL, PARA PURAÇÃO DOS TRIBUTOS EM REFERÊNCIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE E DA IRRETROATIVIDADE.**

*Diploma normativo que foi editado em 31.12.94, a tempo, portanto, de incidir sobre o resultado do exercício financeiro encerrado.*

*Descabimento da alegação de ofensa aos princípios da anterioridade e da irretroatividade, relativamente ao Imposto de Renda, o mesmo não se dando no tocante à contribuição social, sujeita que está à anterioridade nonagesimal prevista no art. 195, § 6º da CF, que não foi observado.*

<sup>1</sup> Digo "poderia" porque o STF já se manifestou em sentido contrário.



**MINISTERIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
Processo nº. : 10980.000211/00-19  
Acórdão nº. : 105-13.612

*Recurso conhecido, em parte, e nela provido."*

No corpo do acórdão supra mencionado, o i. Ministro Ilmar Galvão, assim se manifestou:

*"(...) se a lei altera o critério de apuração do lucro real, para agravar a situação do contribuinte, é fora de dúvida que gera aumento de tributo, sujeito aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.*

*Acontece, no entanto, que, no caso, a medida provisória foi publicada no dia 31.12.94, a tempo, portanto, de incidir sobre o resultado financeiro do exercício, encerrado no mesmo dia, sendo irrelevante, para tanto, que o último dia do ano de 1994 tenha recaído num Sábado, se não se acha comprovada a não-circulação do Diário Oficial da União naquele dia.*

*Não há falar, portanto, quanto ao Imposto de Renda, em aplicação ofensiva aos princípios constitucionais invocados.*

*Se assim, entretanto, se deu quanto ao Imposto de Renda, o mesmo não é de dizer-se da contribuição social, cuja majoração estava sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal, segundo o qual a norma jurídica inovadora, para alcançar 31.12.94, haveria de ter sido editada até o dia 31.10.94, o que, como visto, não se verificou.*

*Ante o exposto, meu voto conhece, em parte, do recurso e, nessa parte, lhe dá provimento, para declarar inaplicável, no que tange ao exercício de 1994, o art. 58 da medida Provisória nº 812/94, que majorou a contribuição social incidente sobre o lucro das empresas."*

Contudo, conforme se verifica às fls. 20 dos presentes autos, a empresa optou pela apuração anual da Contribuição Social sobre o Lucro. Sendo assim, o prazo nonagesimal não se lhe aplica.

Por outro lado, quanto à alegação de que a Medida Provisória nº 812/94, convertida na Lei nº 8.981/95, não teria infringido o princípio do direito adquirido, o Superior Tribunal de Justiça vem se manifestando em sentido oposto à posição defendida pela interessada.

Leia-se a ementa abaixo transcrita de lavra do i. Ministro Garcia Vieira, no Resp. nº 253724/PR, publicado no DJ de 14 de agosto do corrente ano.

**"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO – NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – INEXISTÊNCIA – IMPOSTO DE**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
Processo nº. : 10980.000211/00-19  
Acórdão nº. : 105-13.612

**RENDA DE PESSOAS JURÍDICAS – COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS – LEI N° 8.981/95.**

(...)

*Na fixação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido por compensação da base de cálculo negativa, apurada em períodos bases anteriores em, no máximo, trinta por cento. A compensação da parcela dos prejuízos fiscais excedentes a 30% poderá ser efetuada, integralmente, nos anos calendários subsequentes.*

*A vedação do direito à compensação de prejuízos fiscais pela Lei n° 8.981/95 não violou o direito adquirido, vez que o fato gerador do imposto de renda só ocorre após o transcurso do período de apuração que coincide com o término do exercício financeiro.*

*Recurso improvido.”*

Finalmente, no que se refere à Taxa Referencial SELIC utilizada como juros de mora, sempre defendi que os índices de juros utilizados no mercado financeiro não se conciliam com a natureza dos juros de simples mora, únicos admitidos pelo Código Tributário Nacional para os débitos tributários.

Contudo, a discussão quanto a sua constitucionalidade, até que o Supremo Tribunal Federal se manifeste, mediante consolidada e pacífica jurisprudência, foge à competência deste Órgão Julgador.

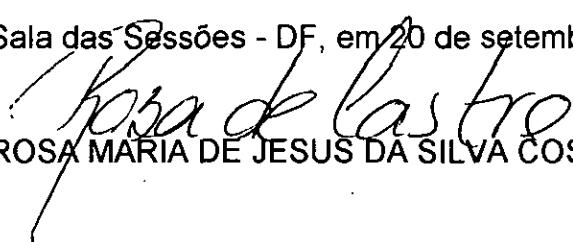
Nesse sentido:

*“COFINS - CONSTITUCIONALIDADE - A autoridade administrativa é competente para apreciar matéria constitucional. No entanto, a constitucionalidade das leis deve ser presumida e apenas quando pacífica a jurisprudência, consolidada pelo STF, será merecida consideração da esfera administrativa.”*

*(Acórdão n 203-03433, Relator Dr. Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Sessão de 16/09/97).*

Feitas as considerações supra, voto por negar provimento ao recurso, nos termos do voto supra.

Sala das Sessões - DF, em 20 de setembro de 2001.

  
ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO